



25 de Abril – Dia da Liberdade/Revolução dos Cravos

A revolução do 25 de Abril de 1974, encetada pelo Movimento das Forças Armadas e que determinou a história contemporânea nacional, celebra hoje 48 anos.

O Estado Novo, emergido do golpe militar de 1928, colocou um ponto final no regime democrático e parlamentarista da 1ª República e personificou-se, especialmente, em António de Oliveira Salazar, mas sobretudo na ausência de manifestações livres das mais diversas naturezas, públicas ou privadas. Era o Estado Novo da polícia política, da promiscuidade entre o Estado e a Igreja, da censura de órgãos de comunicação social, do teatro, do cinema e da literatura, das eleições fictícias, da não pluralidade político-parlamentar, da sociedade patriarcal, da emigração, da guerra, da prisão e eliminação de opositores políticos, de um controlo excessivo do Estado na intimidade dos cidadãos e na formação das suas mentalidades, ajustadas a uma só verdade e mentoria de culto a um chefe. Portugal não fugiu, portanto, de um regime político ditatorial que caracterizou alguns países europeus durante o século XX.

Olhar para o 25 de Abril de 1974 é reconhecer que foram os que carregavam as armas e o peso da guerra colonial sobre os seus ombros que, secretamente, planearam a ação que levou à queda da ditadura. Foi de um golpe de Estado que se tratou, com militares dos três ramos das Forças Armadas, dirigidos pelo M.F.A.. A revolução foi apoiada pelo povo, na rua, e o regime de Marcelo Caetano praticamente não reagiu. Enquanto os militares revoltosos iam singrando, a população foi aderindo. Mais do que palavras, as imagens daquele dia confirmam a forte participação civil e o seu apoio aos militares, já que se pressentiu que as ações

revolucionárias poderiam desembocar na democracia e no fim das restrições às liberdades. A tomada da sede da DGS (ex-PIDE) ou a abertura das prisões políticas certamente terão perpetuado na ação dos revoltosos, entre muitas outras movimentações efetuadas durante o golpe de estado, que o ideal democrático poderia estar em marcha.

Quarenta e oito anos volvidos, deve pensar-se a revolução - aquele dia de Abril de 1974 - como uma ação assente em militares corajosos, pouco ou nada politizados no momento do planeamento e do teatro de operações que forjou a queda da ditadura, com o intento de obter uma solução para a desgastada guerra colonial, essa sim, a principal força motriz das ações militares que planearam a revolta.

O Portugal de hoje é, quer se queira ou não, um produto do movimento dos Capitães, orquestrado a partir da Pontinha - hoje território odivelense - com um planeamento exemplar coordenado e executado com eficácia a partir da audição de duas canções. Efetivamente, a revolução dos Cravos esteve repleta de singularidades (ou não tivesse ela esta designação), porém a forte adesão dos Portugueses ao levantamento militar é, sem suspeita, a melhor forma de a compreender e dignificar, tanto naquela época como na atualidade.

O período revolucionário que se seguiu operou as mais profundas mudanças que Portugal já vivera politicamente, mas também na conceção e estruturação das instituições, da economia e da sociedade. Por isso, não se deve ignorar nem politizar o dia da revolução. O que Abril derrubou é o que efetivamente deve ser lembrado e comemorado, à margem de leituras ideológicas, doutrinárias ou partidárias, sem olhares mais adiante, quando o teatro político assumiu a revolução e a possa ter condicionado conforme os intentos ou messianismos de alguns protagonistas.

A revolução, assumida pelos militares e civis, ofereceu-nos a (re)conquista da Liberdade e isso basta para manter-se viva no nosso consciente coletivo. Daquele dia em diante forjou-se, mesmo que por vezes a ferro e fogo, um novo Portugal, mas encerrou-se, finalmente, um longo ciclo histórico que não se quer revisitar.